

ARTIGO

Colonialidade algorítmica e a regulação das dissidências: informação, memória e dispositivos de normalização na inteligência artificial

Livia Victória Warol Carneiro¹

¹ Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil. E-mail: livia.victoria@ufv.br.

Resumo

Este artigo analisa criticamente a Inteligência Artificial (IA) enquanto regime informacional e dispositivo de poder-saber, articulando as contribuições de Judith Butler, Guacira Lopes Louro e Michel Foucault com as epistemologias do Sul Global. O objetivo central é compreender como a IA atua na normalização, regulação performativa e produção de verdade sobre identidades e memórias LGBTQIA+. Argumenta-se que a racionalidade algorítmica não é meramente técnica, mas uma atualização da colonialidade do saber, do ser e do poder que busca estabilizar a fluidez das identidades dissidentes em categorias fixas e binárias para fins de gestão e controle. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa teórico-crítica que integra análise bibliográfica com o exame de processos de dataficação, moderação algorítmica e curadoria automatizada. A análise demonstra que a exclusão algorítmica é estrutural e opera como uma forma de epistemicídio e desumanização ontológica. Conclui-se que a disputa por justiça informacional exige o reconhecimento de saberes insurgentes e a recusa da legibilidade total como estratégia de resistência.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Colonialidade. Performatividade. Normalização. Memória LGBTQIA+.

Abstract

This article critically examines Artificial Intelligence (AI) as an informational regime and a power-knowledge dispositif, articulating the contributions of Judith Butler, Guacira Lopes Louro, and Michel Foucault with Global South epistemologies. The central objective is to understand how AI operates in the normalization, performative regulation, and production of truth regarding LGBTQIA+ identities and memories. It is argued that algorithmic rationality is not merely technical but an update of the colonality of knowledge, being, and power that seeks to stabilize the fluidity of dissident identities into fixed, binary categories for management and control purposes. Methodologically, this is a theoretical-critical study that integrates bibliographic analysis with the examination of datafication processes, algorithmic moderation,

and automated curation. The analysis demonstrates that algorithmic exclusion is structural and operates as a form of epistemicide and ontological dehumanization. The article concludes that the struggle for informational justice requires the recognition of insurgent knowledges and the refusal of total legibility as a strategy of resistance.

Keywords: Artificial Intelligence. Coloniality. Performativity. Normalization. LGBTQIA+ Memory.

1. Introdução

A imagem do mangue atravessado por uma antena parabólica, formulada por Fred Zero Quatro no manifesto *Caranguejos com Cérebro*, sintetiza com potência as tensões epistêmicas da contemporaneidade: a densidade opaca, ambígua e viva dos saberes do Sul - insurgentes e enraizados em histórias de resistência - em confronto direto com a técnica de captura, extração e codificação. No cenário atual, a Inteligência Artificial (IA) emerge como a face mais sofisticada dessa antena, operando não como uma tecnologia neutra ou meramente funcional, mas como um regime informacional que organiza, classifica e hierarquiza existências sob os parâmetros de poder do Norte Global. Longe de ser apenas uma ferramenta de automação computacional, a IA constitui um regime de verdade historicamente racializado e heteronormativo que define o que é visível e legítimo, produzindo efeitos profundos sobre a construção da memória e das identidades.

O problema central que orienta esta investigação é: como a inteligência artificial, enquanto regime informacional, atua como dispositivo de normalização, regulação performativa e produção de verdade sobre identidades e memórias LGBTQIA+?. Parte-se do pressuposto fundamental de que a IA não apenas reflete desigualdades históricas, mas as automatiza e reconfigura por meio de processos de dataficação, moderação e curadoria algorítmica. Nesse regime sociotécnico, as identidades dissidentes são sistematicamente tratadas como ruído, erro ou desvio estatístico, revelando que sua exclusão não é um mero acidente técnico ou uma falha de "acurácia" a ser corrigida. Trata-se, ao contrário, de uma incompatibilidade estrutural entre a lógica algorítmica - que exige a redução da vida a variáveis discretas e categorias fixas - e a complexidade fluida da experiência performativa de gênero e sexualidade.

Este artigo contribui para o campo ao deslocar o debate sobre viés algorítmico de uma abordagem puramente corretiva para uma crítica ontológica da inteligibilidade. Evidencia-se que o problema fundamental não reside apenas na marginalização de determinados grupos, mas na própria estrutura de reconhecimento e legibilidade que sustenta a racionalidade algorítmica.

Afirmamos que a IA atua como uma máquina de produção de verdade ancorada em epistemologias excludentes, operando o que se pode denominar um epistemicídio automatizado, onde o que não é mensurável ou parametrizável torna-se tecnicamente inexistente.

Diante desse cenário de colonialismo digital, a análise aqui proposta convoca a insurgência de saberes corporificados, dissidentes e desobedientes que tensionam o monopólio tecnocientífico da escuta. A crítica deve ser, portanto, estrutural: não basta tornar a IA mais "inclusiva" se as bases de sua inteligibilidade continuarem a exigir a neutralização da diferença para que o sujeito seja reconhecido. O desafio é reencantar a técnica a partir da potência viva do Sul Global, afirmando o direito de narrar e construir futuros com nossos próprios códigos e vozes.

2. Colonialidade, informação e gênero-sexualidade

2.1 Regimes informacionais e colonialidade

A colonialidade do saber, conforme formulada por Aníbal Quijano, não deve ser compreendida como um resquício superado do colonialismo histórico, mas como o núcleo organizador da modernidade que se perpetua sob novas roupagens. Na contemporaneidade, essa matriz de dominação encontra na Inteligência Artificial sua expressão mais sofisticada, consolidando um regime informacional que define critérios universais de validade baseados na quantificação, na formalização e na previsibilidade estatística. Ao transpor a lógica moderno-colonial para a arquitetura computacional, a IA estabelece que a informação só possui existência legítima se for traduzível em dados estruturados.

Essa exigência de tradutibilidade opera o que Boaventura de Sousa Santos identifica como o regime epistêmico da modernidade ocidental: a substituição do diálogo entre saberes por um critério único de inteligibilidade baseado na mensuração. O que não pode ser convertido em variável, parametrizado ou integrado a modelos probabilísticos - como os saberes orais, as cosmologias não ocidentais e as experiências territoriais do Sul Global - torna-se, para o sistema, tecnicamente inexistente. Configura-se, assim, um epistemicídio automatizado, que não se dá por censura explícita, mas por uma incompatibilidade estrutural entre a complexidade da vida e a rigidez da modelagem matemática.

Conforme argumenta Ramón Grosfoguel, a IA atualiza simultaneamente a colonialidade do saber, do poder e do ser. Ela não apenas define quais conhecimentos importam, mas estabelece quais existências são reconhecíveis. Quando sistemas de IA são treinados com bases

de dados extraídas de contextos marcados por desigualdades históricas, o padrão branco, masculino e eurocêntrico é elevado à condição de norma técnica invisível. A desumanização ontológica, portanto, não é um erro episódico, mas um efeito da arquitetura estatística que sistematicamente marginaliza corpos negros e dissidentes, tratando-os como ruído ou "erro" a ser corrigido.

Essa dominação é também espacial e territorial. Como ensina Milton Santos, o meio técnico-científico-informacional reorganiza o espaço segundo os interesses do capital global. Enquanto no Norte Global a IA é mobilizada para a otimização de fluxos financeiros, no Sul Global ela é frequentemente aplicada como dispositivo de vigilância, triagem social e gerenciamento de populações consideradas "de risco". A técnica, portanto, espacializa a dominação: ela transforma territórios periféricos em zonas permanentemente calculadas e monitoradas, onde a vida é reduzida à sua legibilidade estatística em *dashboards* corporativos.

2.2 Memória LGBTQIA+ e disputa informacional

A produção da memória LGBTQIA+ ocorre em um campo de forças marcado por apagamento, precariedade e disputa. Como as bases de dados que alimentam os regimes informacionais contemporâneos são predominantemente construídas sobre padrões heterocisnormativos, as experiências dissidentes são empurradas para as margens ou reinscritas em matrizes de inteligibilidade que as precedem. A curadoria algorítmica - que define o que é relevante, visível e recuperável - condiciona a memória coletiva aos padrões inscritos no código, operando uma forma de silenciamento estrutural que Lélia Gonzalez descreve como naturalizado na cultura brasileira.

A partir das formulações de Guacira Lopes Louro, compreendemos que as plataformas digitais mediadas por IA funcionam como espaços pedagógicos e currículos culturais. Elas não apenas organizam informações, mas ensinam continuamente quais identidades são reconhecíveis e quais devem ser silenciadas para garantir visibilidade e engajamento. Existe uma "escuta seletiva" na IA que só processa o que foi antecipadamente modelado como relevante. Nesse sentido, a disputa informacional ultrapassa a questão do acesso aos dados, envolvendo a própria definição do que conta como uma relação legítima ou uma identidade lembrável.

A conexão com o pensamento de Gonzalez é aqui fundamental: assim como o "mito da democracia racial" mascara a seletividade do racismo brasileiro, a suposta neutralidade da IA mascara arquiteturas de dados que reproduzem padrões históricos de exclusão sob a retórica da objetividade técnica. A discriminação algorítmica não aparece como uma intenção declarada,

mas como um efeito sistêmico naturalizado que invisibiliza trajetórias não lineares e subjetividades dissidentes.

Inspirando-se em Frantz Fanon e Stuart Hall, percebemos que a IA participa de uma guerra simbólica sobre a definição do humano. O subalternizado é construído como o "ruído" dentro de uma ordem que se pretende universal. O problema, portanto, não é que o subalterno não fale - como provocam Spivak e Kilomba, ele sempre falou -, mas que o filtro epistêmico que regula a escuta algorítmica recusa qualquer fala que não se adapte aos códigos do dominador. A justiça informacional para a memória LGBTQIA+ exige, assim, o reconhecimento de que o "erro" não está na dissidência, mas na distribuição dos dados que definem o que é considerado padrão, exigindo a reconstrução das próprias condições da escuta técnica.

3. Inteligência artificial e regulação das dissidências

3.1 Dados e invisibilidade: a fixação do performativo

A teoria da performatividade de Judith Butler oferece uma lente crítica fundamental para desvelar os limites ontológicos da Inteligência Artificial. Para Butler, o gênero não é uma essência ou uma verdade interior, mas um efeito instável e continuamente produzido por meio de práticas discursivas e sociais reiteradas no tempo. No entanto, a racionalidade técnica que sustenta a IA opera em sentido oposto: ela exige a estabilização do performativo em dados fixos. O sistema computacional demanda que a identidade seja traduzida em categorias discretas, mensuráveis e, predominantemente, binárias, o que gera uma incompatibilidade estrutural com a fluidez das existências que escapam à norma.

Essa lógica de fixação manifesta-se com violência na normalização operada por sistemas de IA generativa. Estudos demonstram que, ao solicitar a representação de uma "família", esses algoritmos recorrem a padrões estatísticos que reiteram o modelo heterocisnormativo - homem, mulher e filhos biologicamente aparentados. O sistema preenche a indeterminação do comando com o que Safiya Noble denomina "algoritmos de opressão", transformando o padrão histórico dominante em uma norma técnica invisível sob a aparência de neutralidade.

A distorção torna-se ainda mais agressiva quando usuárias lésbicas buscam representações de suas configurações familiares: observa-se frequentemente a inserção de figuras masculinas na composição visual, como se a inteligibilidade do conceito "família" dependesse obrigatoriamente de um referente heterossexual. Conforme as análises de Joy

Buolamwini e Timnit Gebru, essas falhas não são meros erros técnicos de acurácia, mas revelam um limite ontológico: a IA corrige, traduz e normaliza a diferença para que ela caiba em uma matriz de reconhecimento que antecede o sujeito. Quando corpos dissidentes são sistematicamente lidos como "ruído", a IA deixa de ser apenas uma ferramenta falha para se tornar uma instância de desumanização ontológica. Esses padrões não são episódicos, sendo amplamente documentados em estudos sobre viés algorítmico em sistemas de busca e visão computacional.

3.2 Linguagem e moderação: o ruído como norma

A linguagem constitui o domínio discursivo central onde as identidades são produzidas e reguladas. Contudo, os sistemas de Processamento de Linguagem Natural (PLN) operam por reconhecimento de padrões estatísticos, desconsiderando contextos históricos e ressignificações comunitárias. Termos de autoafirmação LGBTQIA+ são frequentemente classificados como "tóxicos" ou "impróprios" por algoritmos de moderação, evidenciando uma escuta seletiva que recusa a linguagem dissidente ao não conseguir traduzi-la em sua métrica de "normalidade".

A partir de Guacira Lopes Louro, compreendemos que as plataformas não apenas censuram, mas funcionam como dispositivos pedagógicos que ensinam condutas. Existe um "currículo oculto algorítmico" no qual os sujeitos aprendem a modular sua fala e estética para garantir visibilidade e evitar o bloqueio automático. Nesse regime, o "ruído" não é apenas o que escapa ao sistema, mas aquilo que o próprio sistema produz como desvio para reforçar a norma.

Articulando essa perspectiva com Frantz Fanon, percebemos que o sujeito dissidente é empurrado para a posição de ruído porque sua linguagem é considerada excessiva ou irracional perante os parâmetros do colonizador técnico. A máquina, ao detectar combinações estatísticas sem compreender a intencionalidade, pratica uma forma de silenciamento que Butler descreve como a produção performativa da norma: a IA não apenas responde a comandos, mas fabrica realidades sociais inteligíveis ao reiterar padrões que delimitam quem pode ser reconhecido.

3.3 Subjetivação e normalização: o dispositivo de poder-saber

A Inteligência Artificial pode ser compreendida como um dispositivo foucaultiano que articula saber e poder para produzir regimes de verdade. Ela estabelece o que é normal e aceitável por meio de processos contínuos de avaliação, comparação e correção. Diferente de modelos de exclusão total, o poder algorítmico opera capturando e administrando a diferença, inserindo-a em uma lógica de governamentalidade algorítmica.

Essa dinâmica de subjetivação manifesta-se na internalização de métricas de visibilidade. Os sujeitos ajustam suas práticas e identidades para se tornarem "legíveis" e produtivos perante os sistemas de ranqueamento, resultando em novas formas de autovigilância e disciplinamento. No Sul Global, esse processo é intensificado pelo colonialismo digital, onde a subjetividade local e os dados comportamentais são extraídos como matéria-prima para a acumulação global de corporações do Norte.

A IA não apenas organiza informações; ela participa ativamente da produção de subjetividades performativas ao reduzir o indivíduo à sua legibilidade estatística. O ser é comprimido em perfis funcionais - como o "usuário suspeito" ou o "perfil de risco" - onde a complexidade da vida é sacrificada em favor da previsibilidade do cálculo. Assim, a normalização algorítmica atua como uma tecnologia de regulação que não elimina a dissidência, mas a neutraliza ao exigir que ela se adapte aos códigos de um sistema de escuta que recusa o que não pode ser parametrizado.

4. Resistências e Insurgências Epistêmicas

Diante da regulação algorítmica, a resistência não pode ser reduzida a uma busca paliativa por "inclusão" em sistemas cujas bases são inerentemente excludentes. Como demonstrado, a inclusão meramente representativa em uma arquitetura desenhada para a normalização apenas reincreve a diferença em uma matriz de inteligibilidade que a precede e a neutraliza. A verdadeira insurgência exige o questionamento radical dos próprios regimes de legibilidade que sustentam a racionalidade algorítmica. Nesse sentido, a disputa por justiça informacional para as dissidências LGBTQIA+ convoca o que Boaventura de Sousa Santos denomina "ecologia de saberes", um movimento de valorização de conhecimentos que não se organizam segundo categorias formais e que reivindicam a pluralidade de experiências contra o critério único de inteligibilidade estatística.

A resistência manifesta-se, primordialmente, na política da opacidade, que não deve ser compreendida como uma ausência ou um vazio informacional, mas como uma recusa ativa à captura. Em um regime sociotécnico que transforma a existência em dado para fins de gestão e controle, a ilegibilidade torna-se uma forma de existência política. Não se trata de um escapismo ilusório da técnica, mas de tensionar seus limites e produzir zonas de autonomia onde a norma não consegue se estabilizar e onde o ser pode pulsar para além daquilo que o cálculo consegue capturar. Como aponta a crítica hacker-fanoniana, a subjetividade colonizada não é passiva; ela contesta, expõe vieses e produz tecnologias alternativas que desafiam a ontologia fixista imposta pelo código.

Nesse contexto, emerge a necessidade de reencantar a técnica a partir do "mangue". A metáfora do mangue, formulada por Fred Zero Quatro, representa a potência viva, impura e insubmissa dos saberes que resistem e reinventam mundos desde o Sul Global. Reencantar a técnica significa deslocar o centro de decisão das corporações globais para a governança local de dados e a participação comunitária na definição de métricas e objetivos. Significa criar sistemas que reconheçam a pluralidade sem hierarquizá-la, transformando o "ruído" e o "erro" em linguagens férteis que o algoritmo hegemônico não decifra, mas que são fundamentais para a preservação da memória e da vida dissidente.

A insurgência também rompe com a lógica tecnocrática e paternalista de "dar voz" aos sujeitos subalternizados. Como provocam Gayatri Spivak e Grada Kilomba, o problema nunca foi a ausência de enunciação - as dissidências sempre falaram -, mas a recusa estrutural de uma escuta seletiva que apenas aceita a fala que se adapta aos códigos do dominador. A resistência epistêmica exige a desconstrução desse silêncio imposto e a exigência de uma escuta radical. Isso envolve o desenvolvimento de infraestruturas de dados desobedientes, auditorias independentes e o controle social sobre as bases de dados, garantindo que o direito de narrar o futuro pertença àqueles cujos corpos e memórias o algoritmo tentou apagar. A disputa, portanto, é ontológica: é a afirmação de que a dissidência é legítima em sua imprevisibilidade e que o subalterno não apenas fala, mas exige ser escutado em seus próprios termos.

5. Conclusão

Este estudo, de natureza teórico-crítica, não pretende esgotar empiricamente o fenômeno, mas oferecer um deslocamento analítico para sua compreensão. A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite concluir que a inteligência artificial (IA) não é apenas um arranjo técnico ou ferramenta de automação, mas um sofisticado regime de saber e poder que atualiza a colonialidade ao regular identidades e memórias LGBTQIA+. Ancorada na racionalidade moderno-colonial, a IA não se limita a refletir o mundo social; ela o produz tecnicamente, operando por meio de modelos que classificam, normalizam e eliminam sistematicamente tudo o que foge à lógica da eficiência e da previsibilidade estatística.

O desdobramento fundamental desta crítica reside na compreensão de que a IA atua como um regime de verdade historicamente racializado e heteronormativo. Sua arquitetura, baseada na dataficação e no treinamento estatístico, exige que a experiência humana seja traduzida em dados estruturados para se tornar inteligível. Nesse processo, saberes territoriais, experiências dissidentes e memórias fluidas - que não se organizam segundo categorias formais ou binárias - são convertidos em "ruído" ou erro estatístico. A IA, portanto, escolhe o que

transforma em "fala" autorizada e o que relega à invisibilidade técnica, configurando um epistemicídio automatizado.

A questão da justiça informacional para a população LGBTQIA+ não se resolve pela falácia de "dar voz" aos subalternizados. Conforme as epistemologias do Sul, o problema nunca foi a ausência de enunciação - pois as dissidências sempre falaram -, mas a recusa estrutural das máquinas e das instituições em escutá-las fora dos moldes da dominação. A IA pratica uma "escuta seletiva" que só reconhece o que cabe em seus parâmetros pré-definidos de legibilidade. Assim, a inclusão meramente representativa em sistemas inerentemente excludentes apenas reincreve a diferença em uma matriz de inteligibilidade que antecede e captura o sujeito.

A resistência, portanto, exige o rompimento com a lógica da legibilidade hegemônica. Mais do que tornar a IA mais "ética" ou "inclusiva", é necessário questionar os próprios regimes de verdade que a estruturam. Isso implica valorizar o que Boaventura de Sousa Santos denomina "ecologia de saberes" e reivindicar a política da opacidade: o direito de permanecer parcialmente ilegível como estratégia para escapar à captura algorítmica e preservar espaços de autonomia.

Em última instância, o que está em jogo não é apenas o aprimoramento técnico de ferramentas de busca ou moderação, mas uma disputa ontológica. A luta das identidades LGBTQIA+ no cenário da IA é o direito de existir para além das categorias que o cálculo consegue capturar. Reencantar a técnica exige que ela deixe de ser um instrumento de vigilância e normalização para se tornar um campo de insurgência, capaz de reconhecer a pluralidade de vidas que pulsam no excesso, no erro e em tudo aquilo que o código, em sua rigidez binária, jamais será capaz de decifrar.

Referências

- BUOLAMWINI, J.; GEBRU, T. Gender Shades: Intersectional Accuracy Disparities in Commercial Gender Classification. *Proceedings of Machine Learning Research*, v. 81, p. 77-91, 2018.
- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, J. Quem tem medo do gênero? São Paulo: Boitempo, 2024.
- FANON, F. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.
- FOUCAULT, M. Os anormais: curso no Collège de France (1974–1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, L. Primavera para as rosas negras. Diáspora Africana: Editora Filhos da Diáspora, 2018.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas. Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KILOMBA, G. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: Vozes, 2008.

NOBLE, S. U. Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism. New York: NYU Press, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.

SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZERO QUATRO, F. Caranguejos com Cérebro: Manifesto. Recife: Edição do Autor, 1992.